

Lucas Rister de Sousa Lima

DA IMPROCEDÊNCIA À PROCEDÊNCIA LIMINAR NO NOVO CPC

**Hipóteses de Incidência e
Aplicação da Norma do Art. 332
do Código de Processo Civil**

Curitiba
Juruá Editora
2017

Visite nossos *sites* na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
e-mail: *editora@jurua.com.br*

ISBN: 978-85-362-6733-3

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil
Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Lima, Lucas Rister de Sousa.

L732 Da improcedência à procedência liminar no novo CPC:
hipóteses de incidência e aplicação da norma do art. 332 do
Código de Processo Civil./ Lucas Rister de Sousa Lima./
Curitiba: Juruá, 2017.

298p.

1. Código de Processo Civil. 2. Julgamentos. 3. Recursos
(Direito). I. Título.

0040

CDD 347(22.ed.)
CDU 347.9

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
Capítulo 1 – O NOVO CPC	23
1.1 As Principais Alterações Sofridas pelo Dispositivo no Novo CPC	23
Capítulo 2 – A IMPROCEDÊNCIA LIMINAR (ART. 332)	31
2.1 Legislação Estrangeira – O Direito Lusitano e o Inglês	31
2.2 Regra Geral e Mista de Processo e Procedimento	36
2.3 Aplicabilidade da Regra a Todas as “Ações” e “Processos”	39
2.3.1 Exclusão dos recursos	41
2.3.2 Ações individuais	41
2.3.2.1 Ações impugnativas autônomas	41
2.3.2.2 Procedimentos especiais ou sumários	42
2.3.3 Ações coletivas	43
2.3.4 Tipos de procedimento	44
2.3.4.1 Conhecimento	44
2.3.4.2 Liquidação	44
2.3.4.3 Execução	46
2.3.4.4 Cautelar	49
2.3.5 Qualquer grau de jurisdição	50
2.3.6 Todas as esferas do Poder Judiciário	53
2.3.7 Qualquer autor ou réu	54
2.3.8 Eficácia da norma no tempo	55
2.4 Hipóteses de Incidência e Aplicação	56
2.4.1 Causas que dispensem instrução probatória	58
2.4.1.1 “Causas”	58

2.4.1.2	“Dispensa da fase instrutória”	58
2.4.2	Desnecessidade de anterior manifestação do mesmo juiz em casos idênticos	62
2.4.2.1	Juiz ou juízo?	63
2.4.3	Orientação conforme os tribunais superiores	64
2.4.4	Improcedência parcial e cumulação de pedidos	72
2.4.5	Rol de aplicação <i>numerus clausus</i>	78
2.4.6	Marco temporal para aplicação	81
2.4.7	Faculdade ou dever de aplicação?	81
2.4.7.1	Dever-poder	81
2.4.8	Emenda da Inicial pelo autor e recorribilidade de tal decisão	89
2.5	Tutela Provisória Pleiteada pelo Autor	91
2.6	Decisão Proferida com Base no Art. 332	93
2.6.1	Requisitos	93
2.6.1.1	Relatório, fundamentação e dispositivo	93
2.6.1.2	Ministério Público – participação	94
2.6.1.3	<i>Amicus curiae</i> – participação	96
2.6.2	Natureza do julgamento: improcedência ou extinção sem resolução de mérito?	97
2.6.3	Ônus sucumbenciais	100
2.6.4	Coisa julgada	102
2.6.5	Cientificação do réu após o trânsito em julgado	103
2.6.6	Ação rescisória	105
2.7	A Citação do Réu e a sua Atuação	106
2.7.1	Efeitos (art. 240 do NCPC)	106
2.7.1.1	Prevenção do juízo e reunião dos processos	106
2.7.1.2	Litispêndência	107
2.7.1.3	Litigiosidade da coisa	108
2.7.1.4	Constituição do devedor em mora	108
2.7.1.5	Interrupção da prescrição	109
2.7.2	O réu é citado ou intimado?	110
2.7.3	Após a citação do réu o autor não pode desistir do recurso (inaplicabilidade do art. 998 do CPC)	112
2.7.4	Prazos	115

2.7.4.1	Fazenda Pública (art. 183).....	115
2.7.4.2	Vários litisconsortes (art. 229).....	115
2.7.4.3	Forma de contagem (art. 231).....	115
2.7.5	Revelia.....	117
2.7.6	As modalidades de resposta do réu.....	120
2.7.6.1	Contrarrazões.....	123
2.7.6.2	Reconvenção.....	129
2.7.6.3	Exceções processuais.....	132
2.7.6.3.1	Impedimento e suspeição	132
2.7.6.3.2	Incompetência	135
2.7.6.4	Impugnação ao valor da causa e à justiça gratuita	138
2.7.6.5	Outras modalidades de resposta.....	140
2.8	Da Intervenção de Terceiros	141
2.9	Sistemática Recursal	144
2.9.1	Remessa necessária.....	144
2.9.2	Embargos de declaração.....	145
2.9.3	Apelação e recurso adesivo.....	147
2.9.3.1	Possibilidade de reconsideração e efeito regressivo	148
2.9.3.2	O julgamento do recurso de apelação	151
2.9.3.2.1	Aplicação do art. 932, incs. IV e V do CPC.....	152
2.9.3.2.2	Da anulação da sentença.....	153
2.9.3.2.3	Da reforma da sentença	162
2.9.3.2.4	Da fixação dos honorários sucumbenciais.....	170
2.9.4	Agravo de instrumento.....	171
2.9.5	Agravo interno e recursos excepcionais.....	173
2.9.6	Legitimados	174
2.10	Da Litigância de Má-fé	176

Capítulo 3 – A PROCEDÊNCIA LIMINAR

3.1	Fatores que Justificam a Criação de Instrumentos que Tragam Maior Eficiência para a Prestação Jurisdicional	181
3.1.1	Da massificação da sociedade e, conseqüentemente, do próprio judiciário.....	181
3.1.2	O custo de uma demanda e a sua rentabilidade para os “grandes litigantes” – o aspecto econômico da litigiosidade	184

3.1.3	Da insuficiência do processo coletivo	189
3.1.4	Da falta de recursos do Poder Judiciário.....	191
3.1.5	Da insuficiência das técnicas existentes.....	191
3.1.6	O “novo” paradigma de processo e o art. 332.....	195
3.2	A Proposta de Procedência <i>Prima Facie</i>	199
3.2.1	Da necessidade de previsão em lei ordinária.....	199
3.2.2	Mesmos requisitos da improcedência liminar	201
3.2.3	Ausência de efeitos da sentença antes de confirmada pelo tribunal.....	204
3.2.4	A citação do réu e a sua atuação	205
3.2.5	Preparo postergado para após a análise do apelo e das contrarrazões	206
3.3	Da Possibilidade de Admissão da Procedência Liminar no Modelo Constitucional Pátrio (Aplicação da Norma do Art. 332 a Favor do Autor).....	207
3.3.1	Situações análogas e com resultados similares já existentes no ordenamento.....	208
3.3.1.1	Processo coletivo	208
3.3.1.2	Tutela antecipada e tutela cautelar.....	210
3.3.1.3	Tutela da evidência.....	211
3.3.1.3.1	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu (art. 311, inc. I).....	212
3.3.1.3.2	Demais hipóteses de tutela da evidência segundo o art. 311, incs. II, III e IV.....	212
3.3.1.3.3	Pedido incontroverso (art. 356, inc. I).....	213
3.3.1.4	Revelia (art. 355, inc. II).....	217
3.3.1.5	Julgamento <i>per saltum</i> (art. 1.013, § 3º).....	219
3.3.1.6	Julgamento liminar dos recursos (arts. 932 e 1.036/1.041).....	220
3.3.1.7	Execução de título extrajudicial.....	221
3.3.1.8	Reclamação constitucional (art. 161, parágrafo único, do RISTF).....	222
3.3.1.9	Despejo liminar (art. 59, § 1º, da Lei 8.245/1991).....	223
3.3.2	Da inexistência de vedação constitucional.....	223
3.3.2.1	A redução da tensão entre segurança e celeridade.....	223
3.3.2.2	O devido processo legal na Constituição Federal	226

3.3.2.3	Contraditório diferido e sua nova leitura	230
3.3.2.4	Princípio da proporcionalidade.....	237
3.3.2.5	Princípio da igualdade e simetria entre autor e réu.....	243
3.3.2.6	Duplo grau de jurisdição.....	247
3.3.2.7	Princípio da eficiência e da razoável duração do processo	248
3.3.3	O novo CPC	252
CONCLUSÃO		255
REFERÊNCIAS		267
ÍNDICE ALFABÉTICO		283